



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais
Município de Tomar

Handwritten signature: Celeste
Handwritten signature: Ana Maria dos Pereiros

ACTA Nº 19 AF

No dia vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e cinco pelas vinte e uma horas, no edifício sito na Rua Major Ferreira do Amaral, nº 9, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais) em sessão extraordinária com a ordem de trabalhos constante da respectiva convocatória.

Presidiu à sessão a Presidente da Mesa, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, coadjuvada pelos membros da Mesa 1º Secretário António Francisco Tavares Martins e 2ª Secretária Ana Maria dos Pereiros Marmelo da Silva.

Feita a chamada verificou-se encontrarem-se presentes os membros da Assembleia de Freguesia, com as justificações apresentadas e substituições solicitadas de acordo com a lista eleita, com a exceção do elemento do partido Chega, Americo José Gomes Assunção, que compareceu apenas no decurso da votação para a eleição do vogal do executivo (ponto 2 da ordem de trabalhos).

Verificou-se ainda, a presença dos membros de Junta de Freguesia, à exceção da Tesoureira Sara Costa.

Coligação CDS-PP-MPT-PPM- Coligação “Tomar Queremos Responder” – Teresa Maria Ribeiro da Fonseca Ramos.

PSD – Alexandre Gabriel Mateus Horta, Joaquim Dias Palricas, José António Fernandes Ferreira, António Joaquim Lopes Ferreirinha e Cristina Alexandra Duarte Brito Alves.

PS – Rui Manuel Alegria Bugalhão, Cristina Maria Ferreira e João Tapadas Marques.

Iniciaram-se os trabalhos pelas vinte e uma horas e cinco minutos, após se ter aguardado durante cinco minutos pela chegada do membro da assembleia eleito pelo partido Chega.

Ponto Um – Análise da Comunicação do Vogal João Martins na sessão de 20 de dezembro de 2024 e da resposta do Presidente da Junta . Eventuais medidas a tomar.

Abertas as inscrições pediu para a intervir Teresa Ramos (CDS) que disse lamentar a forma como foi elaborada a convocatória, em total discrepância com o que se passou no caso da substituição do anterior vogal José Maria e afirmou que a inclusão do ponto 1 só contribui para a descredibilização dos órgãos autárquicos. Relativamente à carta do Presidente da Junta, no ponto em que se refere à não aprovação do orçamento por parte do CDS não obstante existir uma coligação pós-eleitoral, é omitido o facto de no âmbito do Executivo ter sido prometida ao vogal secretário João Martins a inclusão naquele documento de algumas propostas por ele apresentadas e que afinal não foram incluídas.

A Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS) esclareceu que a inclusão da matéria do referido ponto na ordem de trabalhos resultou do acordado na anterior sessão da assembleia, a propósito da eventual realização

Melelh
Anelcemobilist

de uma auditoria ao Executivo conforme fora sugerido na carta do vogal João Martins, tendo então sido consensualizado relegar esse assunto para a reunião extraordinária destinada à eleição do seu substituto na Junta. Como tal convidou as outras bancadas a confirmar tal acordo, nomeadamente a do PSD que na sessão anterior tinha questionado como ficava o assunto da auditoria, com a qual em princípio concordava.

Interveio Cristina Alves (PSD) opinando que a discrepância a que aludira Teresa Ramos se reportava essencialmente à divergência de tratamento relativamente ao caso do ex-tesoureiro José Maria, dado que então a assembleia se limitou a eleger um novo vogal sem suscitar a discussão sobre os fundamentos da renúncia.

De novo a Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS) recordou que a mesa está a dar seguimento ao ponto relativo à auditoria conforme acordado na sessão anterior, inserindo nesse mesma discussão os desenvolvimentos entretanto conhecidos, nomeadamente a carta do Presidente da Junta rebatendo as diversas acusações em que se baseava a sugestão de realizar uma auditoria.

Alexandre Horta (PSD) defendeu que podia estar mais explícita na convocatória a questão da auditoria, ao que a Presidente da Mesa retorquiu que o propósito foi o de ampliar a gama de eventuais medidas a aprovar na assembleia face à situação descrita na carta do vogal João Martins, com a qual a assembleia tinha sido manifestamente surpreendida.

Alexandre Horta (PSD) leu então a seguinte Declaração exprimindo a posição da sua bancada:

Ao longo deste mandato autárquico o PSD tem pautado toda a sua atuação por uma posição ativa, assertiva e leal, tal como como deve de ser um partido com ambição de ser poder.

Sempre se pretendeu contribuir ativamente e ser parte da solução. Abrimos vias de diálogo e propusemos diversas alternativas negociais, quer para o executivo quer para a mesa da assembleia, sem qualquer resposta positiva por parte do Partido Socialista.

No caso concreto do ponto um desta sessão da assembleia, também queremos ter a mesma postura, ainda que sintamos algum desconforto e até constrangimento pela situação em apreço, que, numa equipa é sempre de lamentar. Situação essa agravada por ser subsequente à demissão, há pouco tempo consumada, do tesoureiro da junta.

Os documentos agora carreados ao nosso conhecimento, que envolvem argumentação e contra-argumentação, que ao PSD é de difícil ponderação, em nada valorizam o desempenho e credibilidade do executivo da junta e dos demais autarcas no seu todo. Colocando ainda em causa, em particular, a honra e idoneidade do presidente de junta.

Perante esta situação, que em nada abona os órgãos autárquicos, o Grupo do PSD defende que deverá sair desta sessão uma posição forte que dê oportunidade, ao principal visado de se defender e à assembleia de freguesia de pugnar pela transparência e pela sua obrigação de fiscalização do órgão executivo.

Assim, propomos que seja votada, por unanimidade, uma proposta que permita à mesa desta assembleia requerer uma auditoria ao funcionamento da Junta de Freguesia, neste mandato.

Esta parece-nos a posição mais sensata a tomar, a bem da credibilização, da transparência e da valorização dos órgãos autárquicos que todos aqui presentes representamos.

Rui Bugalhão (PS) questionou o anterior orador para saber se em vez da proposta de realização de uma auditoria o seu grupo admitia que se pedisse antes a uma sindicância, a solicitar a uma entidade pública como a DGAL, à qual já fora comunicado o assunto conforme consta da carta do Presidente da Junta.

António Martins (PS), secretária da mesa, suscitou a dificuldade que se colocará à Mesa no encaminhamento do pedido de auditoria, dado que esta surgiu na carta de João Martins como uma sugestão para apuramento das eventuais irregularidades aí referidas, sendo que algumas delas são de natureza financeira, outras de natureza procedimental e administrativa, não estando devidamente delimitado o seu objecto material e âmbito temporal, o que dificulta a identificação da entidade auditora que possa abarcar todas essas matérias na mesma averiguação.

Alexandre Horta (PSD) esclareceu que a auditoria proposta visa o funcionamento da Junta de Freguesia neste mandato e permite que o Presidente da Junta se defenda, considerando-a a melhor solução para clarificar tudo.

Perante isto Rui Bugalhão (PS) em nome da bancada PS declarou concordarem votar a realização da auditoria proposta.

Em seguida, a Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS) submeteu a votação a proposta de realização da auditoria ao funcionamento da Junta no actual mandato, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

A Presidente da Mesa considerou ainda que a responsabilidade pelo facto de a assembleia estar a ser chamada a tratar deste assunto é da equipa do executivo no seu conjunto, incluído o ex-tesoureiro José Maria e o vogal João Martins, por não terem resolvido e ultrapassado os problemas internos dentro do próprio órgão ao longo do mandato e enquanto lá permaneceram e nada terem comunicado oportunamente à assembleia.

Ponto dois – Eleição de um Vogal para o Órgão Executivo.

A Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS) começou por ler a comunicação do Presidente da Junta, propondo o nome do membro da assembleia João Tapadas Marques para o cargo de vogal do Executivo.

Em seguida procedeu-se à votação, após ter sido distribuído a cada membro da assembleia um boletim de voto do qual constava o nome da pessoa proposta seguido de um quadrado destinado à expressão do sentido de voto, tendo a mesa esclarecido que era admitidas as seguintes escolhas: 1- votar no candidato, preenchendo o quadrado; 2- abster-se na votação, deixando o quadrado em branco; 3- anular o voto.

No momento da votação encontravam presentes todos os 13 membros da assembleia, dado que o representante do partido Chega se apresentou quando a votação já decorria, tendo tomado parte nela.

Feito o apuramento obteve-se o seguinte resultado: 5 votos a favor; 5 votos brancos; 3 votos nulos.

A Mesa considerou que o candidato proposto estava eleito. Porém a maioria dos membros da assembleia questionou a validade desta eleição com o argumento de que não se teria obtido qualquer maioria válida e de que o boletim de voto deveria prever apenas duas possibilidades: votar a favor do candidato (preenchendo SIM no boletim); votar contra o candidato (preenchendo NÃO no boletim).

Handwritten signature and text:
Celeste Sousa
Presidente da Mesa

Helel
fms
João Fernandes

Repetida a eleição com este formalismo o resultado foi: 5 votos a favor; 1 voto contra; 7 votos brancos.

Desta vez, a maioria da assembleia, novamente contra o entendimento da Mesa, considerou inválida a eleição por não haver uma maioria absoluta de votos favoráveis ao candidato tendo-se consensualizado a marcação de uma nova reunião extraordinária bem como a recolha de uma informação ou parecer jurídico clarificador sobre o assunto.

Américo Assunção (Chega) dirigindo-se ao Presidente da Junta, iniciou então a leitura de um documento intitulado “manifesto”, sendo interrompido pela Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS) dado que os trabalhos da reunião já tinham sido concluídos, pelo que a intervenção era extemporânea. Tendo auscultado a assembleia quanto à admissão desta intervenção e após o orador ter dito que a mesma estava relacionada com a matéria desta reunião e de qualquer forma não deixaria de a divulgar em próxima sessão, foi-lhe permitido continuar pelo que se transcreve o referido documento, de que entregou uma cópia à Mesa:

Sr. Presidente, neste ponto, tenho obrigatoriamente de pedir a palavra, por uma questão de hombridade, ética, mas essencialmente de consciência, e é precisamente destes valores que quero falar.

Sr. Presidente, tinha-o como uma pessoa diferente, confesso-lhe, tinha-o como um homem à antiga, de valores e de honra e aquela carta deitou-me, por completo a imagem que tinha de si. Aliás, todo o enunciado deste ponto na convocatória é de todo lamentável, deprimente e de uma falta de ética atroz. A forma como todo o ponto foi escrito, levou-me a pensar que o que iremos fazer aqui hoje é um julgamento do ex-secretário e agora ex-vogal João Martins.

Sr. Presidente, tenho metade da sua idade, mas idade suficiente para lhe dizer que, o que o Sr. está a fazer é muito feio, e eu enquanto freguês desta freguesia e vogal da Assembleia desta casa, sinto-me envergonhado pelo comportamento do senhor. Vejamos, quando o senhor precisou de fazer uma coligação, visto que não tinha maioria o João era o maior, quando e, por não ter sido envolvido na discussão do orçamento, a representante do CDS vota contra, deixou de ser útil e foi corrido.

Sr. Presidente o senhor tem idade suficiente para assumir as suas responsabilidades e assumir os seus actos, saber assumir responsabilidades é o que faz de nós homens com H grande, é o que nos engrandece ou diminui.

No que toca àquela carta, triste carta que nos enviou, questiono os restantes membros do executivo se aprovaram este documento em executivo, porque se aprovaram revela que este executivo carece de um total discernimento e fico ainda mais preocupado do que ao que estou confesso.

Relativamente ao teor não vou comentar, dizer só que é totalmente lamentável, todo o seu teor é bastante triste e de uma profunda falta de ética e expressar ao vogal João Martins que tens a nossa total solidariedade e ainda bem que temos eleições este ano.

Sr. Presidente o que tem vindo a acontecer nos últimos tempos só revela que este executivo está podre por dentro e se há algum culpado é só e apenas o sr. Presidente.

O Sr. Presidente afirma transparência total, então vamos pôr tudo transparente perante a assembleia.

Acho lamentável um agora membro do executivo me contactar com o intuito de saber se a bancada que eu represento ia ou não viabilizar a sua entrada para o cargo que ocupa.

O próprio Presidente me contactou para uma conversa, conversa essa que tinha só um interesse, saber se a bancada do Chega ia votar contra ou a favor do Orçamento apresentado na última assembleia realizada no mês de Dezembro.

Sr. Presidente já devia saber que nem eu, nem a bancada do Chega estamos à venda!

Sr. Presidente depois de tudo isto, depois de um tesoureiro que esteve durante 11 anos ao serviço desta casa e que pede a demissão, agora um outro membro do seu executivo pede também ele a demissão, dá que pensar e só me leva a querer que se calhar não será o executivo a estar errado, mas sim quem está à frente dele.

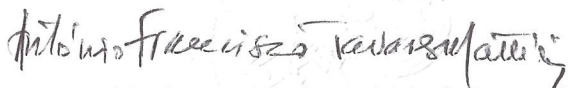
Por isso Sr. Presidente, prove a esta assembleia que é um homem decente, sério e assuma as suas responsabilidades e peça a sua demissão! - O vogal Eleito pelo Partido Chega, Américo José Gomes Assunção.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão dada por encerrada pelas vinte e duas horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,



O 1º secretário de Mesa da Assembleia de Freguesia,



A 2ª Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia,

